



Informe de Previdência Social

03/2026

Vol. 38 – Nº 03

Nota Técnica

Resultado do RGPS: Fev/2026

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Wolney Queiroz Maciel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Felipe Cavalcante e Silva

SECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benedito Adalberto Brunca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADOR-GERAL DE CADASTRO, ESTATÍSTICA E ATUÁRIA

Alexandre Zioli Fernandes

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS

Ricardo Oliveira Martins

CORPO TÉCNICO

Daniel dos Santos Marinho

Filipe Leite Peixoto

Lygia Maria Bitencourt Moura Oliveira

Valdemir de Souza Silva

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social – MPS, de responsabilidade da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Também disponível na internet, no endereço: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2518-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social - MPS • Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

Esplanada dos Ministérios Bloco F, 7º andar, Sala 750 • 70059-900 – Brasília-DF

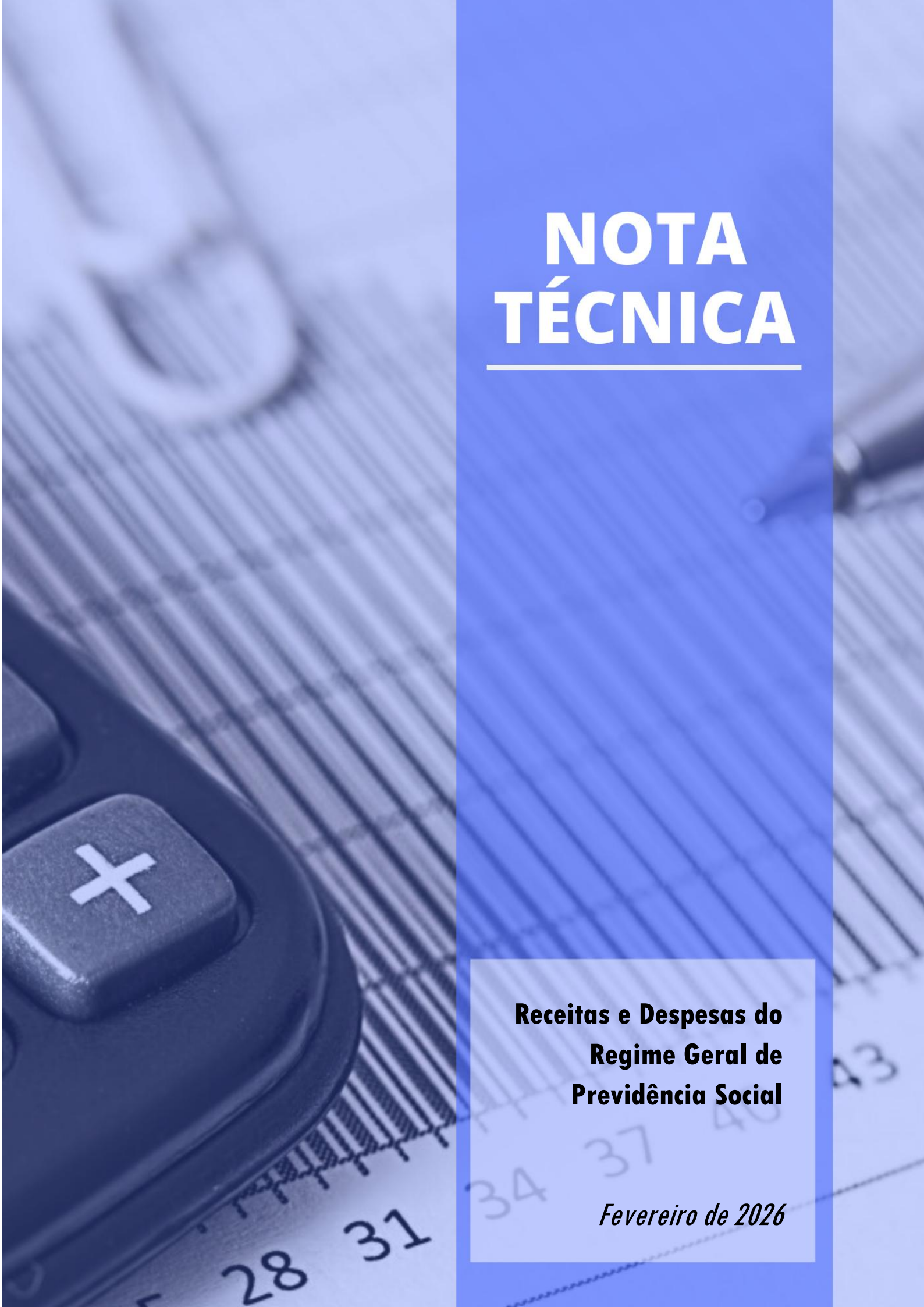
Tel. (061) 2021-5011.

E-mail: cgepmmps@previdencia.gov.br

SUMÁRIO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL FEVEREIRO / 2026..... 5

1.	Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social	5
2.	Resultados por Clientela Urbana e Rural.....	6
3.	Receitas Correntes	9
4.	Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos	10
5.	Benefícios Emitidos e Concedidos	12
ANEXO I.....		17
ANEXO II.....		19



NOTA TÉCNICA

**Receitas e Despesas do
Regime Geral de
Previdência Social**

Fevereiro de 2026

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FEVEREIRO / 2026

Necessidade de Financiamento (em R\$ bilhões reais de fev/2026 - INPC)	
Acumulado no mês (fev/26)	22,3
Acumulado no ano (2026)	43,0
Acumulado em 12 meses (mar/25-fev/26)	322,6

1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social

A evolução financeira do Regime Geral de Previdência Social é melhor compreendida quando se trabalha com valores reais, eliminando-se os efeitos da inflação. Dessa forma, na análise aqui efetuada, todos os valores são reais, atualizados para fevereiro de 2026 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A arrecadação líquida total da Previdência Social foi, em fevereiro de 2026, de cerca de R\$ 59,3 bilhões, evidenciando redução de 1,4% (-R\$ 868,0 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e aumento de 6,0% (+R\$ 3,4 bilhões) na comparação com fevereiro de 2025. As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 81,7 bilhões em fevereiro de 2026, registrando aumento de 1,0% (+R\$ 770,7 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e

de 2,5% (+R\$ 2,0 bilhões), na comparação com fevereiro de 2025, o que resultou em uma necessidade de financiamento total, em fevereiro de 2026, da ordem de R\$ 22,3 bilhões, conforme se observa na **Tabela 1**.

No acumulado de 2026 (de janeiro a fevereiro), a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários alcançaram, respectivamente, R\$ 119,5 bilhões e R\$ 162,6 bilhões, resultando em uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 43,0 bilhões. Em comparação com o mesmo período de 2025, a arrecadação líquida cresceu 6,5% (+R\$ 7,3 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 3,9% (+R\$ 6,0 bilhões) e a necessidade de financiamento apresentou redução de cerca de 2,9% (-R\$ 1,3 bilhão).

TABELA 1: Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – fev/25, jan/26 e fev/26 – Valores em R\$ milhões de fev/26 – INPC

Item	fev/25	jan/26	fev/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	55.966,8	60.205,9	59.338,0	(1,4)	6,0	112.214,1	119.543,9	6,5
1.1. Receitas Correntes	58.185,7	64.449,2	61.810,2	(4,1)	6,2	118.558,9	126.259,4	6,5
Pessoa Física	1.243,8	1.153,3	1.296,6	12,4	4,2	2.409,6	2.449,9	1,7
SIMPLES - Recolhimento em GPS	1,2	2,1	0,4	(81,7)	(66,9)	6,6	2,5	(62,2)
SIMPLES - Repasse STN	6.849,5	9.758,0	7.383,8	(24,3)	7,8	15.931,0	17.141,7	7,6
Empresas em Geral	49.060,3	52.399,0	52.432,4	0,1	6,9	97.719,5	104.831,4	7,3
Setores Desonerados - DARF	953,9	1.129,7	684,8	(39,4)	(28,2)	2.342,0	1.814,5	(22,5)
Entidades Filantrópicas	0,1	0,0	0,0	(12,3)	(88,8)	0,1	0,0	(86,1)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS	0,3	0,2	0,6	175,8	117,7	0,5	0,9	62,2
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE	0,2	0,2	0,2	19,0	(13,6)	0,5	0,4	(26,9)
Comercialização da Produção Rural	0,5	0,3	0,4	15,6	(23,1)	1,2	0,7	(40,9)
Retenção (11%)	0,2	0,2	0,2	(0,7)	16,1	0,3	0,4	24,4
Reclamatória Trabalhista	72,0	4,3	8,6	100,8	(88,1)	141,1	12,9	(90,9)
Outras Receitas	3,8	1,9	2,3	24,5	(38,6)	6,4	4,2	(34,7)
1.2. Recuperação de Créditos	481,7	417,0	359,0	(13,9)	(25,5)	860,7	776,0	(9,8)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	11,8	3,7	19,7	436,3	67,4	35,2	23,4	(33,7)
Arrecadação / Lei 11.941/09	65,7	50,3	68,3	35,8	3,8	106,7	118,5	11,0
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	10,8	25,7	25,4	(1,4)	134,8	29,8	51,1	71,6
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS	-	0,0	-	(100,0)	-	0,0	0,0	80,7
Depósitos Judiciais - Repasse STN	(7,1)	41,8	(76,6)	(283,4)	981,7	(64,8)	(34,9)	(46,2)
Débitos	10,6	11,0	3,7	(66,1)	(64,7)	17,6	14,8	(16,3)
Parcelamentos Convencionais	389,9	284,5	318,6	12,0	(18,3)	736,1	603,1	(18,1)
1.3. Restituições de Contribuições	(0,8)	(0,9)	(1,0)	15,8	39,0	(1,5)	(2,0)	34,7
1.4. Transferências a Terceiros	(2.699,9)	(4.659,3)	(2.830,3)	(39,3)	4,8	(7.204,1)	(7.489,6)	4,0
1.5. Compensação da Desoneração - STN	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	79.686,9	80.892,8	81.663,5	1,0	2,5	156.507,8	162.556,3	3,9
Pagos pelo INSS	78.359,4	79.014,3	80.328,7	1,7	2,5	153.660,3	159.343,0	3,7
Sentenças Judiciais - TRF	1.327,5	1.878,5	1.334,8	(28,9)	0,6	2.847,5	3.213,3	12,8
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(23.720,2)	(20.686,9)	(22.325,5)	7,9	(5,9)	(44.293,7)	(43.012,4)	(2,9)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SRGPS/MPS

2. Resultados por Clientela Urbana e Rural

Dadas as significativas diferenças estruturais entre os setores urbano e rural, é necessário que o resultado previdenciário seja analisado segundo o que se denomina, na terminologia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), clientelas urbana e rural.

Em fevereiro de 2026, a arrecadação líquida total urbana foi de R\$ 58,6 bilhões, registrando redução de 1,3% (-R\$ 791,2 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e aumento de 6,3% (+R\$ 3,5 bilhões) na comparação com fevereiro de 2025. Já a arrecadação líquida total rural foi de R\$ 690,9 milhões, evidenciando redução de 10,0% (-R\$ 76,8 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e queda de 10,8% (-R\$ 83,5 milhões) quando comparada a fevereiro de 2025.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi da ordem de R\$ 64,2 bilhões em fevereiro de 2026, registrando aumento de 0,7% (+R\$ 445,3 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e aumento de 2,2% (+R\$ 1,4 bilhão) na comparação com fevereiro de 2025. Já a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, atingiu R\$ 17,5 bilhões em fevereiro de 2026, evidenciando aumento de cerca de 1,9% (+R\$ 325,4 milhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e de 3,5% (+R\$ 586,2 milhões), quando comparada ao mês correspondente de 2025, conforme se observa na **Tabela 2**.

Em fevereiro de 2026, as clientelas urbana e rural apresentaram necessidade de financiamento da ordem de R\$ 5,5 bilhões e R\$ 16,8 bilhões, respectivamente.

No acumulado de 2026, a arrecadação líquida urbana (incluída a arrecadação associada à Comprev) totalizou R\$ 118,1 bilhões, registrando aumento de 6,8% (+R\$ 7,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a arrecadação rural atingiu cerca de R\$ 1,5 bilhão, refletindo queda de 9,5% (-R\$ 152,5 milhões) na mesma base de comparação. As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e rurais (incluídas as sentenças judiciais e Comprev) totalizaram R\$ 127,9 bilhões e R\$ 34,7 bilhões, respectivamente, representando crescimento de

3,8% (+R\$ 4,7 bilhões) no meio urbano e de 4,1% (+R\$ 1,4 bilhão) no meio rural.

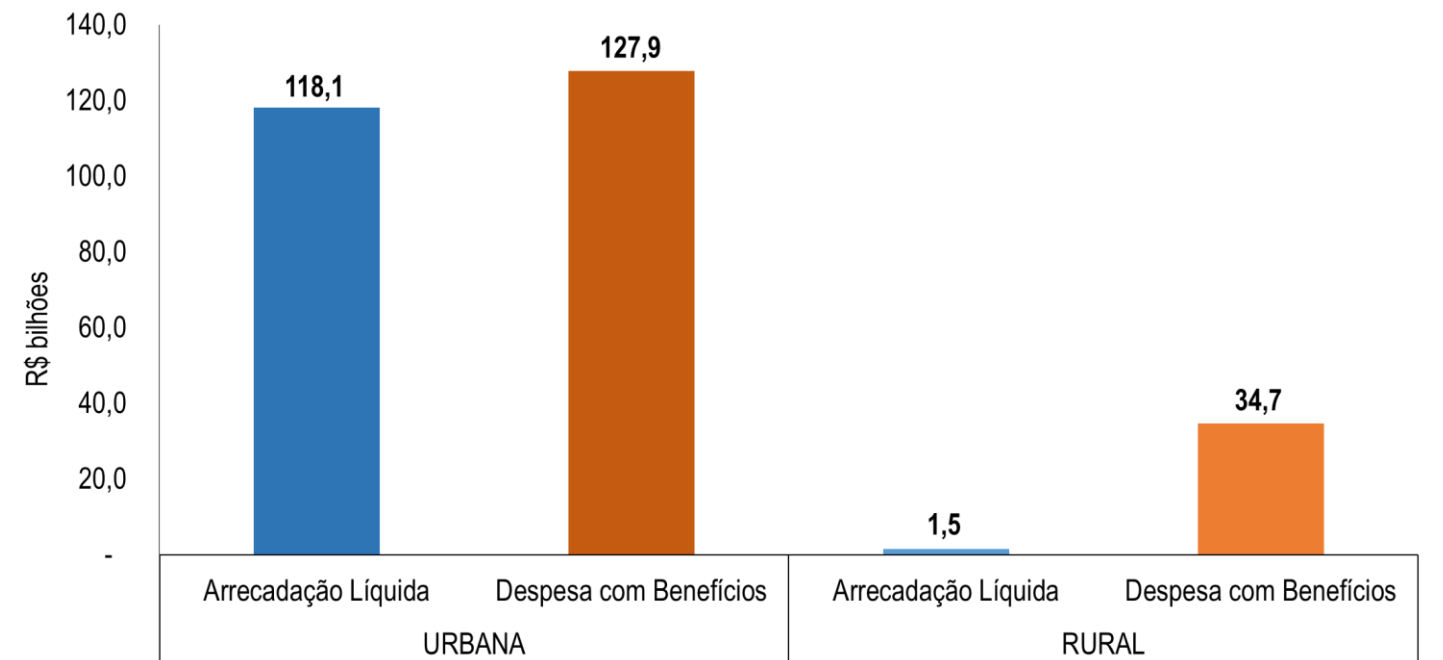
Como resultado, a clientela urbana registrou necessidade de financiamento da ordem de R\$ 9,8 bilhões, apresentando queda de 22,2% (-R\$ 2,8 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 33,2 bilhões, cerca de 4,8% (+R\$ 1,5 bilhão) superior à observada no mesmo período de 2025.

TABELA 2: Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2025 e 2026) – Resultado de fev/26 em R\$ milhões de fev/26 – INPC

Item	fev/25	jan/26	fev/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida Total (1.1 + 1.2)	55.966,8	60.205,9	59.338,0	(1,4)	6,0	112.214,1	119.543,9	6,5
1.1 Arrecadação Líquida Total - Urbana	55.192,4	59.438,3	58.647,1	(1,3)	6,3	110.603,1	118.085,4	6,8
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	55.180,6	59.434,6	58.627,4	(1,4)	6,2	110.567,8	118.062,0	6,8
1.1.3 Comprev	11,8	3,7	19,7	436,3	67,4	35,2	23,4	(33,7)
1.2 Arrecadação Líquida Total - Rural	774,4	767,6	690,9	(10,0)	(10,8)	1.611,0	1.458,5	(9,5)
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2)	79.686,9	80.892,8	81.663,5	1,0	2,5	156.507,8	162.556,3	3,9
2.1 Despesa com Benefícios - Urbano	62.777,4	63.722,5	64.167,8	0,7	2,2	123.200,7	127.890,2	3,8
2.1.1 Benefícios Previdenciários Urbanos	60.990,6	61.246,3	62.595,6	2,2	2,6	119.903,6	123.842,0	3,3
2.1.2 Passivo Judicial - Urbano	1.043,1	1.474,7	1.047,0	(29,0)	0,4	2.237,4	2.521,8	12,7
2.1.3 Comprev	743,6	1.001,4	525,1	(47,6)	(29,4)	1.059,7	1.526,5	44,0
2.2 Despesa com Benefícios - Rural	16.909,5	17.170,3	17.495,7	1,9	3,5	33.307,1	34.666,1	4,1
2.2.1 Benefícios Previdenciários Rurais	16.625,2	16.766,6	17.207,9	2,6	3,5	32.697,0	33.974,5	3,9
2.2.2 Passivo Judicial - Rural	284,3	403,7	287,8	(28,7)	1,2	610,1	691,6	13,3
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(23.720,2)	(20.686,9)	(22.325,5)	7,9	(5,9)	(44.293,7)	(43.012,4)	(2,9)
3.1 Urbano (1.1 - 2.1)	(7.585,0)	(4.284,2)	(5.520,7)	28,9	(27,2)	(12.597,6)	(9.804,8)	(22,2)
3.2 Rural (1.2 - 2.2)	(16.135,1)	(16.402,7)	(16.804,9)	2,5	4,2	(31.696,2)	(33.207,6)	4,8

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 1: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até fevereiro - R\$ bilhões de fevereiro/2026 – INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)
Elaboração: SRGPS/MPS

3. Receitas Correntes

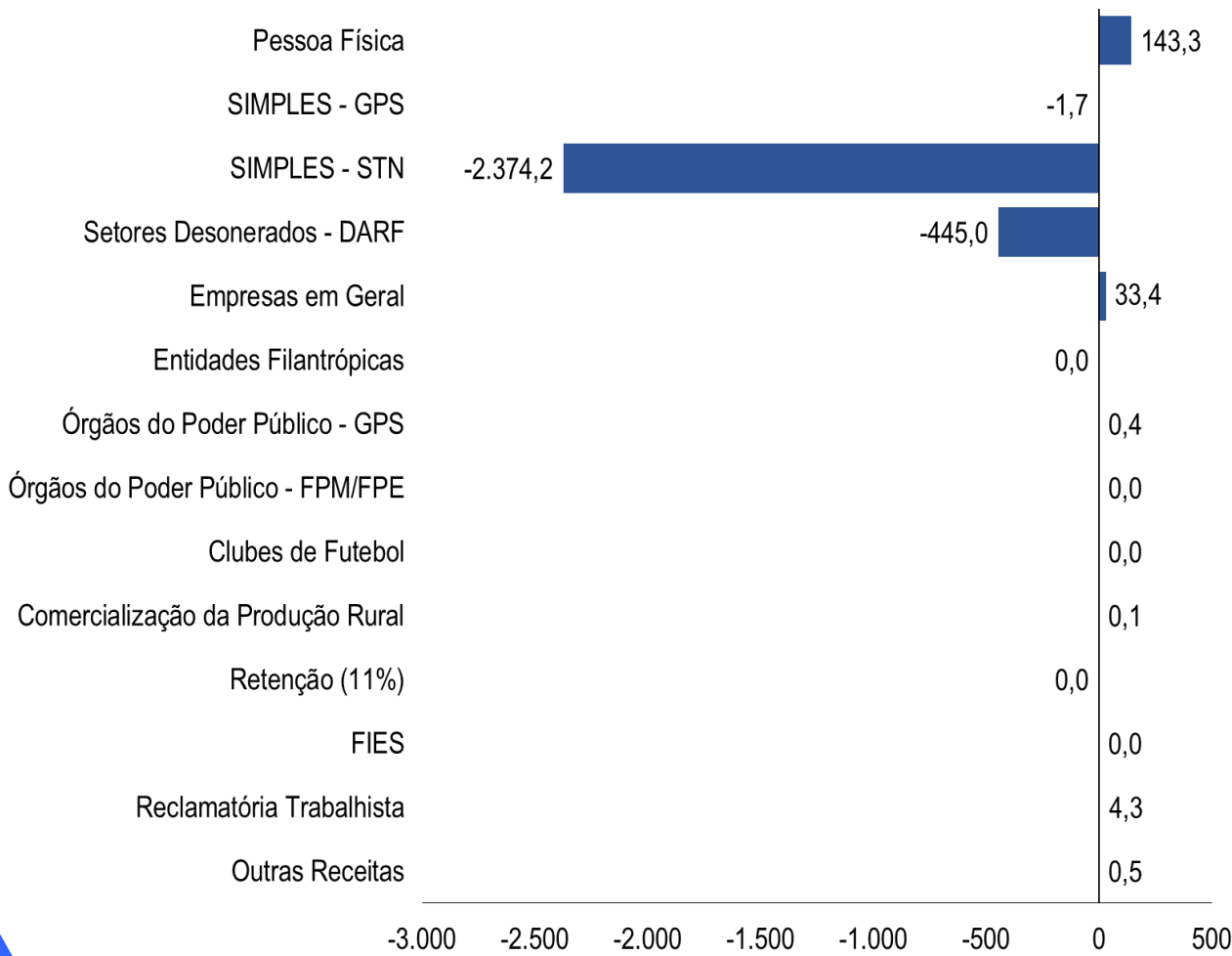
As receitas correntes somaram R\$ 61,8 bilhões em fevereiro de 2026, registrando queda de 4,1% (-R\$ 2,6 bilhões) em relação ao mês anterior (jan/26) e aumento de 6,2% (+R\$ 3,6 bilhões) na comparação com fevereiro de 2025. Em fevereiro de 2026, algumas rubricas apresentaram redução, com destaque para “SIMPLES - STN”, que registrou declínio de 24,3% (-R\$ 2,4 bilhões), e para “Setores Desonerados - DARF”, com queda de 39,4% (-R\$ 445,0 milhões). Por sua vez, outras rubricas apresentaram crescimento, com destaque para “Pessoa Física”, que registrou aumento de 12,4% (+R\$ 143,3 milhões), como mostra o **Gráfico 2**.

No acumulado de 2026 (até fevereiro), as receitas correntes totalizaram R\$ 126,3 bilhões, valor 6,5% (+R\$ 7,7 bilhões) superior ao registrado no mesmo período de 2025. A rubrica “Empresas em Geral” apresentou aumento de

7,3% (+R\$ 7,1 bilhões). Por outro lado, as rubricas “Setores Desonerados - DARF” e “Reclamatória Trabalhista” registraram recuo de 22,5% (-R\$ 527,5 milhões) e de 90,9% (-R\$ 128,3 milhões), respectivamente, conforme se observa no **Gráfico 3**.

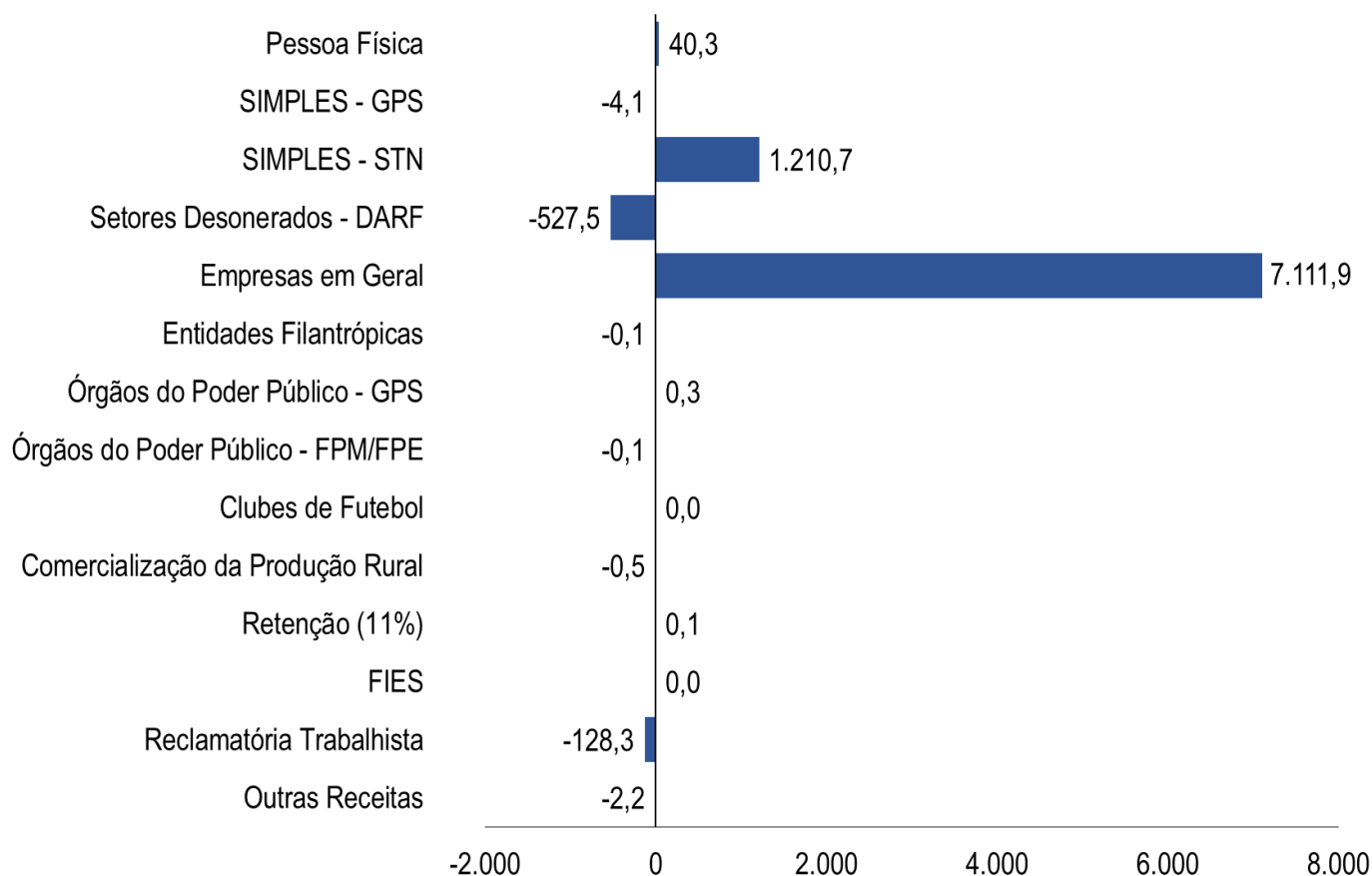
A arrecadação previdenciária está diretamente vinculada ao comportamento do mercado de trabalho formal, na medida em que aumentos ou reduções no nível de emprego formal no país se refletem, respectivamente, em resultados positivos ou negativos na arrecadação. Ademais, a distribuição da receita entre as diversas categorias tem sido influenciada pela progressiva obrigatoriedade de utilização do DARF pelas empresas para o recolhimento das contribuições previdenciárias, em substituição à Guia da Previdência Social (GPS).

GRÁFICO 2: Variação das Receitas Correntes de fevereiro de 2026 em relação ao mês anterior, em R\$ milhões de fevereiro/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 3: Variação das Receitas Correntes (janeiro a fevereiro) de 2026 em relação a 2025, em R\$ milhões de fevereiro/26 (INPC)



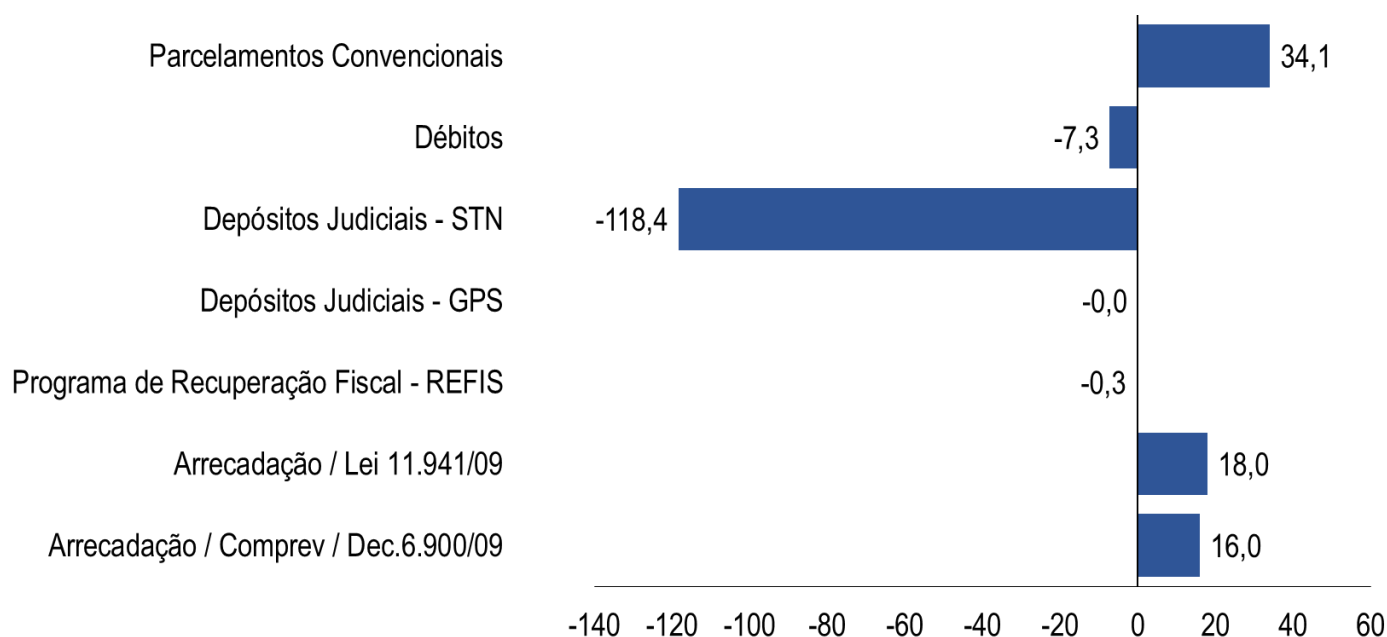
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

4. Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em fevereiro de 2026, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos totalizaram R\$ 359,0 milhões, registrando redução de 13,9% (-R\$ 57,9 milhões) em relação a janeiro de 2026 e de 25,5% (-R\$ 122,7 milhões) na comparação com fevereiro de 2025. A rubrica “Depósitos Judiciais - STN” registrou queda de 283,4% (-R\$ 118,4 milhões) em relação ao mês anterior. Já a rubrica “Parcelamentos Convencionais” teve elevação de 12% (+R\$ 34,1 milhões), conforme demonstrado no **Gráfico 4**.

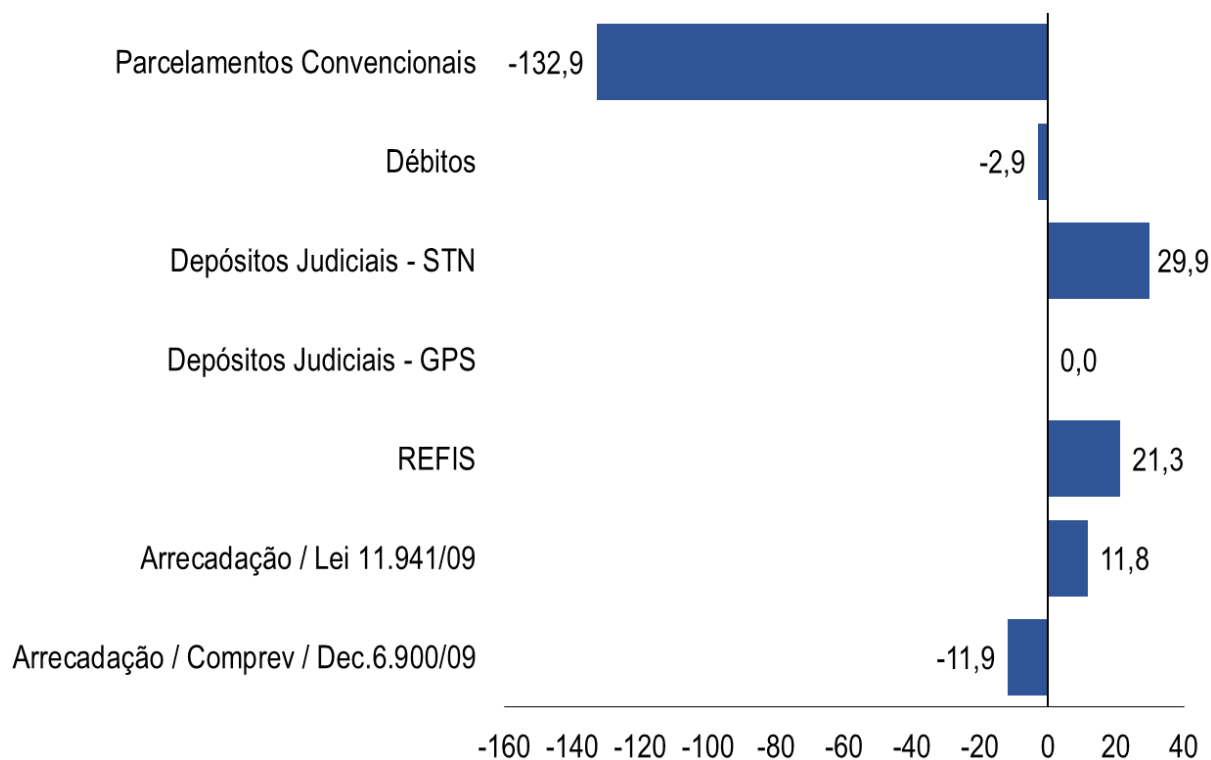
No acumulado de 2026 (até fevereiro), as receitas originadas de recuperação de créditos somaram R\$ 776,0 milhões, evidenciando uma redução de 9,8% (-R\$ 84,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2025. Essa queda decorreu principalmente do resultado da rubrica “Parcelamentos Convencionais” (-R\$ 132,9 milhões) e da “Arrecadação / Compre / Dec.6.900/09” (-R\$ 11,9 milhões), conforme se observa no **Gráfico 5**.

GRÁFICO 4: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (fev/26) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de fev/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 5: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a fevereiro) de 2026 em relação a 2025 - Em R\$ milhões de fev/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

5. Benefícios Emitidos e Concedidos

Em fevereiro de 2026, foram emitidos 41,5 milhões de benefícios, registrando crescimento de 2,3% (+913,8 mil benefícios) em relação ao mesmo mês de 2025. Nessa mesma base de comparação, os “Benefícios Previdenciários” cresceram 2,5% (+840,9 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram aumento de 4,5% (+36,5 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram expansão de 0,6% (+36,1 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 3**.

Na comparação entre fevereiro de 2026 e fevereiro de 2025, verifica-se que as Aposentadorias por Tempo de Contribuição cresceram 0,8% (+53,4 mil aposentadorias), as Aposentadorias por Idade aumentaram 4,2% (+551,3 mil aposentadorias) e as Pensões por Morte subiram 1,0% (+86,3 mil benefícios). Por outro lado, o Auxílio-Doença apresentou redução de 3,2% (-41,8 mil benefícios).

Da quantidade média de 41,5 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a fevereiro de 2026, cerca de 59,4% (24,7 milhões) foram destinadas a beneficiários da clientela urbana, 25,2% (10,5 milhões) a beneficiários da clientela rural e 15,4% (6,4 milhões) aos assistenciais, conforme demonstrado no **Gráfico 6**. No período de 2018 a 2026, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 21,6% no meio urbano, de 9,9% no meio rural e de 36,8% nos assistenciais.

O valor líquido médio dos benefícios emitidos entre janeiro e fevereiro de 2026 foi de R\$ 1.978,28, o que representa elevação real de cerca de 2,34% em relação ao mesmo período de 2025, conforme apresentado no **Gráfico 7**. Na comparação entre o acumulado de janeiro a fevereiro de 2026 e o período correspondente de 2018, observa-se que o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 3,2%.

Em fevereiro de 2026, foram concedidos 596,5 mil novos benefícios, evidenciando um crescimento de 29,2% (+134,7 mil benefícios) em relação ao mês anterior (jan/26) e aumento de 12,2% (+64,8 mil benefícios) na comparação com fevereiro de 2025. Em relação ao mês anterior, a concessão de “Benefícios Previdenciários” registrou aumento de 12,7% (+52,3 mil benefícios), a de “Benefícios Acidentários” diminuiu 4,7% (-843 benefícios) e a de “Benefícios Assistenciais” registrou aumento de 251,0% (+83.332 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 4**.

No acumulado de 2026 (até fevereiro), foram concedidos 1,1 milhão de benefícios, o que representa aumento de 7,9% (+77,6 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2025. Nessa comparação, os “Benefícios Previdenciários” aumentaram 4,0% (+33,6 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram acréscimo de 1,5% (+516 benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram crescimento de 40,5% (+43,1 mil benefícios).

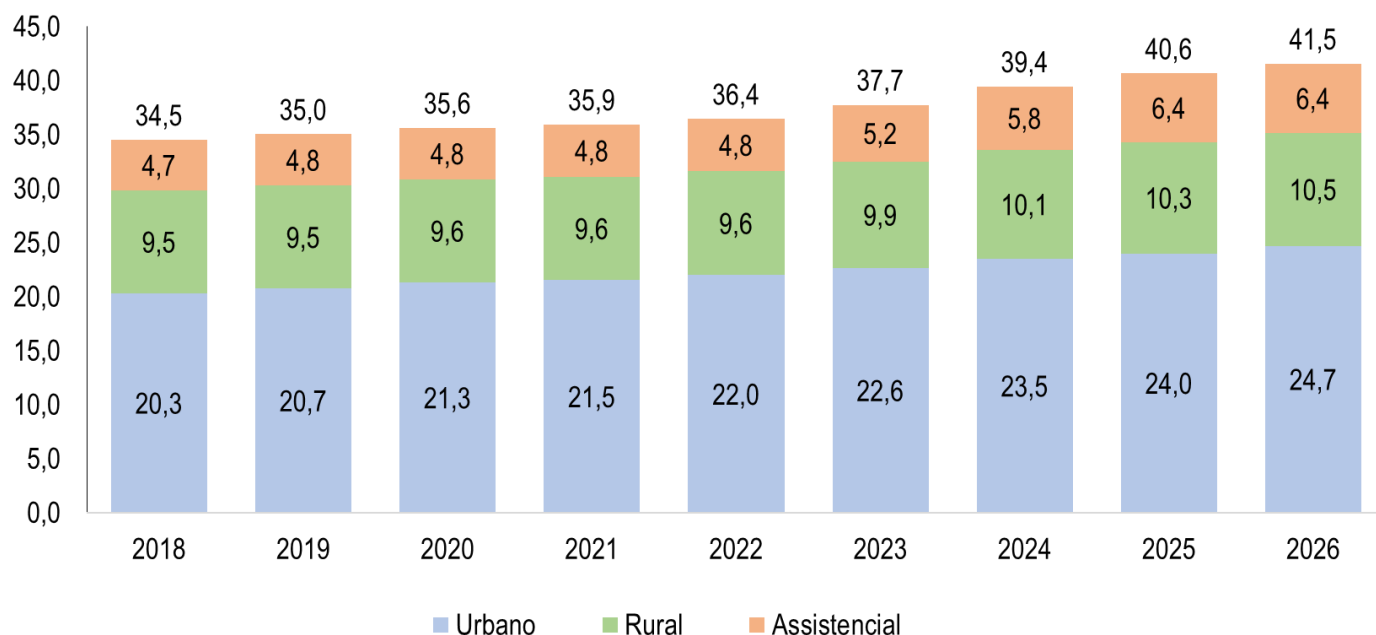
TABELA 3: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (fev/25, jan/26 e fev/26)

Item	fev/25 (A)	jan/26 (B)	fev/26 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	40.608.358	41.572.553	41.522.152	(0,1)	2,3
PREVIDENCIÁRIOS	33.452.627	34.268.642	34.293.477	0,1	2,5
Aposentadorias	23.508.916	24.150.948	24.193.788	0,2	2,9
Idade	13.222.446	13.732.618	13.773.713	0,3	4,2
Invalidez	3.283.550	3.363.338	3.363.753	0,0	2,4
Tempo de Contribuição	7.002.920	7.054.992	7.056.322	0,0	0,8
Pensão por Morte	8.417.505	8.504.689	8.505.753	0,0	1,0
Auxílio-Doença	1.232.591	1.227.590	1.183.805	(3,6)	(4,0)
Salário-Maternidade	84.157	133.263	144.653	8,5	71,9
Outros	209.458	252.152	265.478	5,3	26,7
ACIDENTÁRIOS	817.258	854.377	853.719	(0,1)	4,5
Aposentadorias	208.890	211.845	211.896	0,0	1,4
Pensão por Morte	93.205	91.436	91.298	(0,2)	(2,0)
Auxílio-Doença	83.120	92.534	90.106	(2,6)	8,4
Auxílio-Acidente	412.993	441.320	443.267	0,4	7,3
Auxílio-Suplementar	19.050	17.242	17.152	(0,5)	(10,0)
ASSISTENCIAIS	6.324.841	6.435.667	6.360.950	(1,2)	0,6
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	6.272.403	6.388.164	6.313.741	(1,2)	0,7
Pessoa idosa	2.684.233	2.652.190	2.628.242	(0,9)	(2,1)
Pessoa com deficiência	3.587.300	3.734.742	3.684.235	(1,4)	2,7
Outros benefícios assistenciais	870	1.232	1.264	2,6	45,3
Rendas Mensais Vitalícias	52.438	47.503	47.209	(0,6)	(10,0)
Idade	2.614	2.079	2.058	(1,0)	(21,3)
Invalidez	49.824	45.424	45.151	(0,6)	(9,4)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	13.632	13.867	14.006	1,0	2,7

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

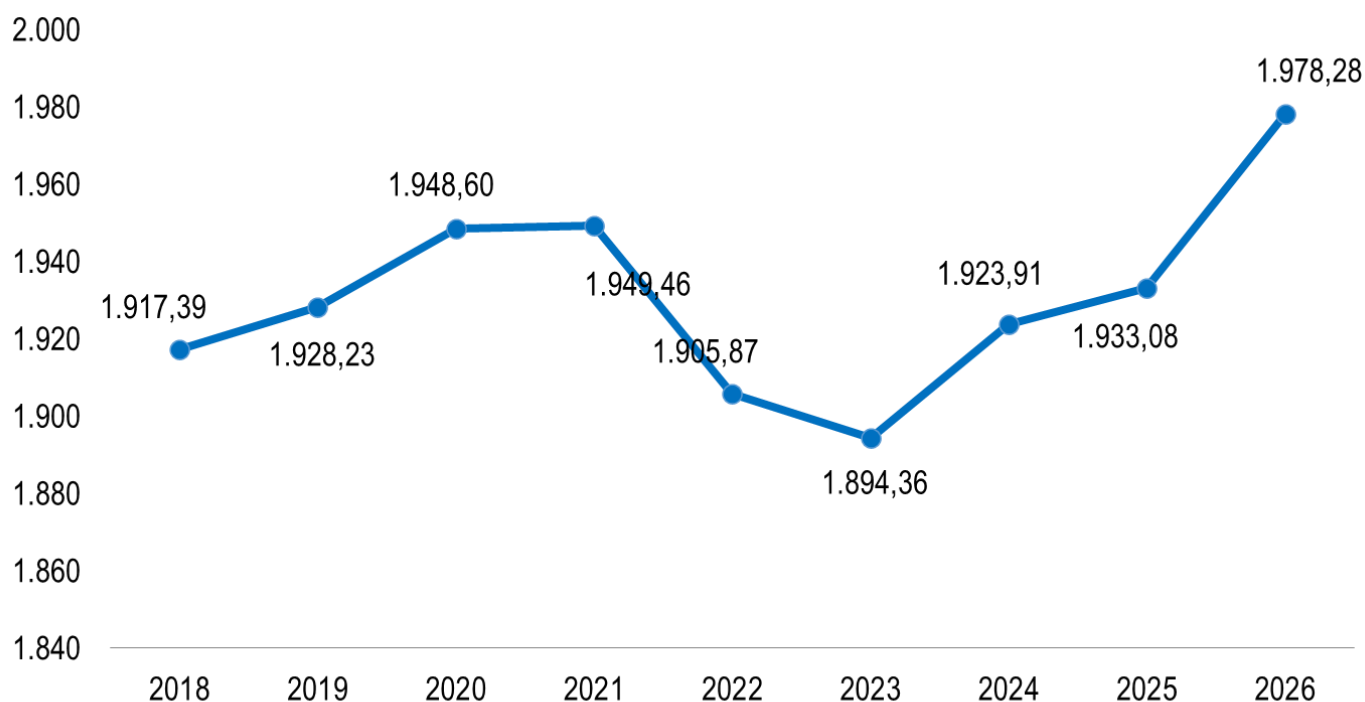
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 6: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2018 a 2026)
- Em milhões de benefícios - Média de janeiro a fevereiro.



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 7: Valor Líquido Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a fevereiro de cada ano) – 2018 a 2026: em R\$ de fev/26 (INPC)



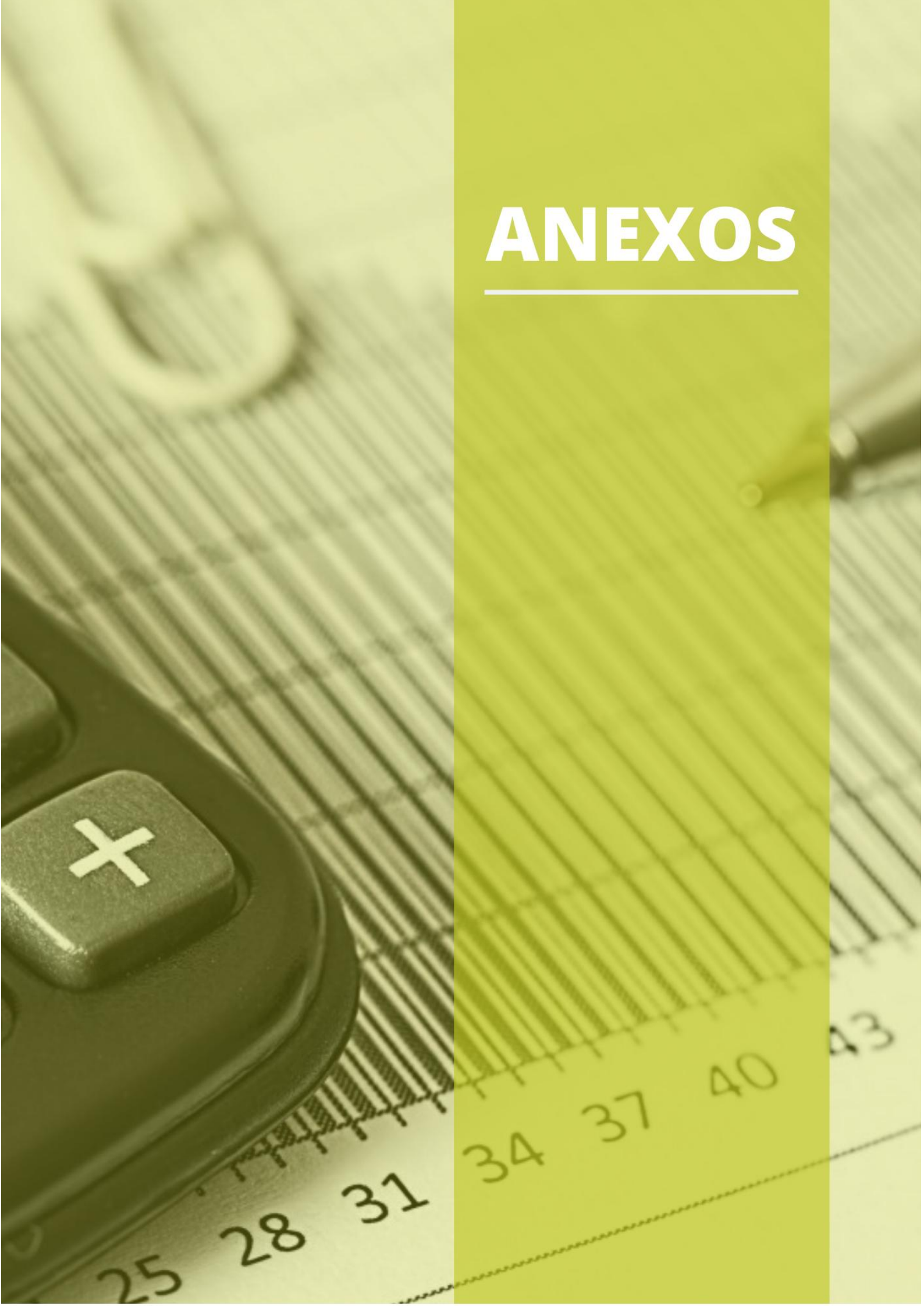
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

TABELA 4: Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (fev/25, jan/26 e fev/26) e acumulado de janeiro a fevereiro (2025 e 2026)

Item	fev/25	jan/26	fev/26	Var. %	Var. %	Acumulado no Ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
TOTAL	531.679	461.848	596.526	29,2	12,2	980.781	1.058.374	7,9
PREVIDENCIÁRIOS	458.310	410.575	462.847	12,7	1,0	839.805	873.422	4,0
Aposentadorias	98.171	82.267	116.307	41,4	18,5	189.027	198.574	5,1
Idade	65.829	61.936	85.863	38,6	30,4	126.944	147.799	16,4
Invalidez	19.331	9.654	12.552	30,0	(35,1)	36.089	22.206	(38,5)
Tempo de Contribuição	13.011	10.677	17.892	67,6	37,5	25.994	28.569	9,9
Pensão por Morte	32.635	23.507	20.134	(14,3)	(38,3)	57.369	43.641	(23,9)
Auxílio-Doença	278.045	214.666	215.726	0,5	(22,4)	491.968	430.392	(12,5)
Salário-Maternidade	45.415	86.908	107.885	24,1	137,6	94.304	194.793	106,6
Outros	4.044	3.227	2.795	(13,4)	(30,9)	7.137	6.022	(15,6)
ACIDENTÁRIOS	18.605	17.855	17.012	(4,7)	(8,6)	34.351	34.867	1,5
Aposentadorias	780	400	435	8,7	(44,2)	1.419	835	(41,2)
Pensão por Morte	23	25	49	96,0	113,0	45	74	64,4
Auxílio-Doença	14.502	14.681	14.614	(0,5)	0,8	26.925	29.295	8,8
Auxílio-Acidente	3.295	2.737	1.912	(30,1)	(42,0)	5.952	4.649	(21,9)
Auxílio-Suplementar	5	12	2	(83,3)	(60,0)	10	14	40,0
ASSISTENCIAIS	54.747	33.198	116.530	251,0	112,9	106.596	149.728	40,5
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	54.695	33.163	116.506	251,3	113,0	106.498	149.669	40,5
Pessoa idosa	17.898	12.840	57.873	350,7	223,3	40.123	70.713	76,2
Pessoa com deficiência	36.797	20.323	58.633	188,5	59,3	66.375	78.956	19,0
Outros benefícios assistenciais	52	35	24	(31,4)	(53,8)	98	59	(39,8)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	17	220	137	(37,7)	705,9	29	357	1.131,0

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS.

Elaboração: SRGPS/MPS

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a black calculator with a white '+' key, resting on a yellow ledger with a grid pattern. A vertical green bar is positioned on the right side of the image, containing the text 'ANEXOS'.

ANEXOS

ANEXO I

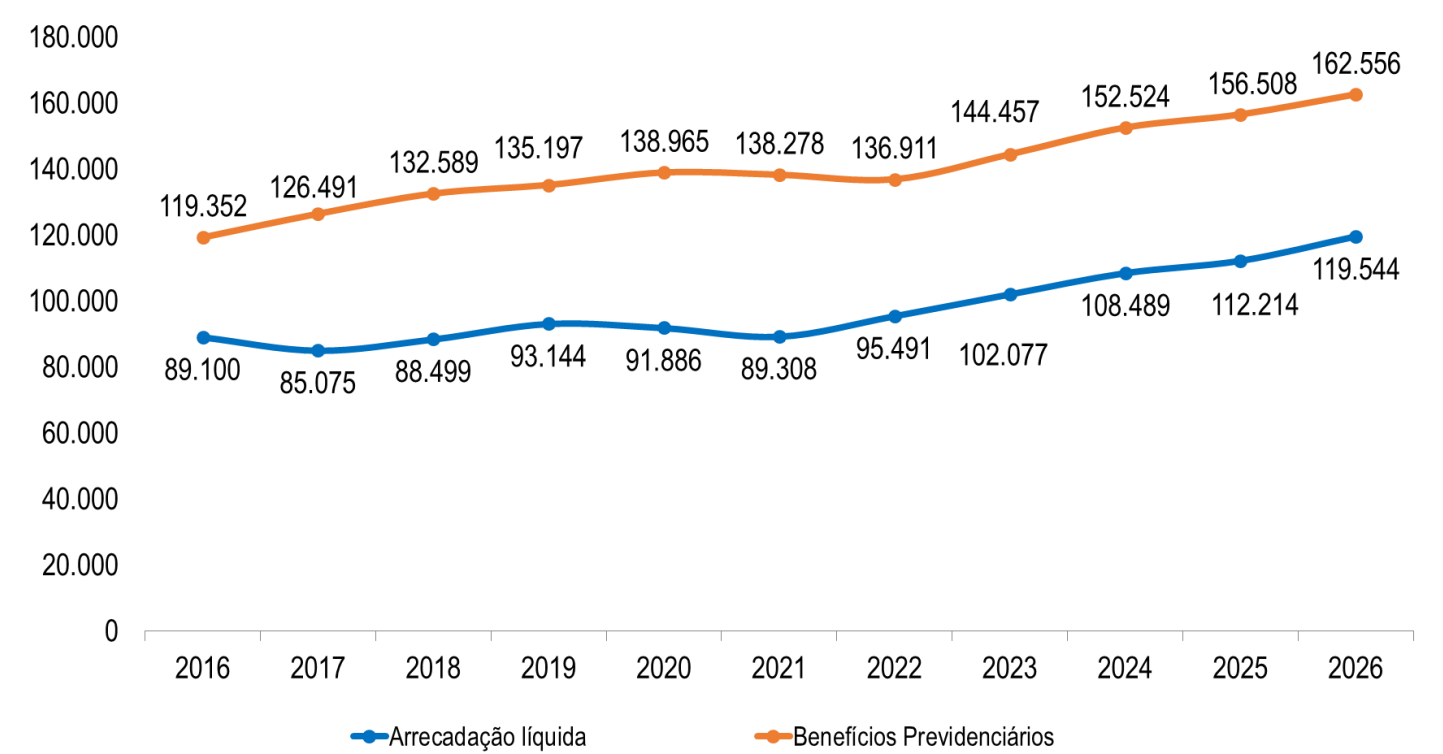
I.I Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de fev/26 – INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Fevereiro, a preços de Fev/2026 INPC						
2016	102.164	13.064	89.100	119.352	134,0	(30.252)
2017	97.757	12.682	85.075	126.491	148,7	(41.416)
2018	101.812	13.312	88.499	132.589	149,8	(44.090)
2019	101.782	8.638	93.144	135.197	145,1	(42.052)
2020	99.020	7.135	91.886	138.965	151,2	(47.079)
2021	96.101	6.793	89.308	138.278	154,8	(48.970)
2022	101.358	5.868	95.491	136.911	143,4	(41.420)
2023	108.304	6.227	102.077	144.457	141,5	(42.380)
2024	115.159	6.670	108.489	152.524	140,6	(44.036)
2025	119.418	7.204	112.214	156.508	139,5	(44.294)
2026	127.033	7.490	119.544	162.556	136,0	(43.012)
fev/24	54.508	2.560	51.948	77.754	149,7	(25.806)
mar/24	57.498	2.406	55.092	78.389	142,3	(23.297)
abr/24	56.832	2.428	54.404	87.027	160,0	(32.623)
mai/24	55.218	2.560	52.658	118.133	224,3	(65.476)
jun/24	55.663	2.438	53.226	101.278	190,3	(48.052)
jul/24	57.000	2.646	54.354	78.325	144,1	(23.971)
ago/24	60.123	2.690	57.432	77.630	135,2	(20.197)
set/24	55.281	2.912	52.369	80.292	153,3	(27.924)
out/24	57.481	2.549	54.932	77.066	140,3	(22.135)
nov/24	57.584	2.677	54.907	77.087	140,4	(22.180)
dez/24	90.100	2.683	87.417	76.498	87,5	10.919
jan/25	60.751	4.504	56.247	76.821	136,6	(20.574)
fev/25	58.667	2.700	55.967	79.687	142,4	(23.720)
mar/25	58.960	2.731	56.229	79.831	142,0	(23.601)
abr/25	58.594	2.710	55.884	89.267	159,7	(33.383)
mai/25	59.693	2.689	57.005	114.274	200,5	(57.270)
jun/25	59.701	2.737	56.964	107.192	188,2	(50.228)
jul/25	58.918	2.854	56.064	99.404	177,3	(43.340)
ago/25	63.244	2.683	60.561	79.914	132,0	(19.353)
set/25	61.213	2.547	58.666	79.832	136,1	(21.166)
out/25	61.382	2.736	58.646	79.614	135,8	(20.968)
nov/25	61.553	2.791	58.763	80.296	136,6	(21.533)
dez/25	95.581	2.660	92.922	81.699	87,9	11.222
jan/26	64.865	4.659	60.206	80.893	134,4	(20.687)
fev/26	62.168	2.830	59.338	81.663	137,6	(22.326)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SRGPS/MPS

I.II Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de fevereiro de cada ano, em R\$ milhões de fev/26 –INPC)



Fonte: CGF/INSS
Elaboração: SRGPS/MPS

Rubricas de arrecadação previdenciária

1. Pessoa Física: Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
2. SIMPLES - Recolhimento em Guia da Previdência Social – GPS: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
3. SIMPLES – repasse STN: Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
4. Empresas em Geral: empresas sujeitas às regras gerais de contribuição, incluídos os recolhimentos referentes à cota patronal, dos empregados e do seguro acidente.
5. Setores Desonerados: arrecadação em DARF relativas à desoneração da folha de pagamento, conforme a Lei 12.546 de 14/12/2011.
6. Entidades Filantrópicas: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
7. Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
8. Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE: Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
9. Clubes de Futebol: receita auferida a qualquer título nos espetáculos desportivos de que os clubes de futebol participem.
10. Comercialização da Produção Rural: Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
11. Retenção (11%): valor retido pela contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra no valor de 11% da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.
12. Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES: Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
13. Reclamatória Trabalhista: recolhimento sobre verbas remuneratórias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça.
14. Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09: compensação financeira entre os regimes próprios de previdência e o RGPS
15. Arrecadação / Lei 11.941/09: refinanciamento de débitos previdenciários.
16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS: Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
17. Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
18. Depósitos Judiciais - Repasse STN: Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
19. Débitos: Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
20. Parcelamentos Convencionais: Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
21. Sentenças Judiciais – TRF: Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
22. Restituição de Arrecadação – Procedimento administrativo pelo qual o sujeito é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso.
23. Transferências a Terceiros – Valor das contribuições sociais recolhidas pelo INSS e depois repassadas às respectivas entidades, tais como: SENAI, SENAR, SESC, SESI etc. O valor é negativo porque, apesar de ser arrecadado pelo INSS, depois é repassado e não faz parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.